

PROCESSO TCE N° 20.030.2015-10

ENTIDADE: Câmara Municipal de Plácido de Castro

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2014

RESPONSÁVEL: Tarcisio Soares de Brito

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO N° 10.200/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Plácido de Castro. IRREGULAR. Devolução e Multa. Ciêntificação do atual Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Plácido de Castro. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1) EMISSÃO DE ACÓRDÃO** com fundamento no art. 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando IRREGULAR a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2014 de responsabilidade do Sr. Tarcisio Soares de Brito, Presidente à época; **2) DEVOLUÇÃO** pelo Sr. Tarcisio Soares de Brito, Presidente à época, do valor de R\$ 26.776,64 devidamente corrigido, nos termos do art. 54, da LCE nº 38/93, acrescido de Multa de 10%, no valor de R\$ 2.677,65, prevista no art. 88, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, que deve ser recolhido ao Tesouro Municipal de Plácido de Castro no prazo de trinta dias e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas. Em caso de descumprimento do prazo estipulado, autorizar a cobrança da dívida nos termos do art. 58, inciso III, alínea “b” da LCE/TCE/AC nº 38/1993; **3) CONDENAÇÃO** do Sr. Tarcisio Soares de Brito, Presidente à época, ao pagamento de Multa no valor de R\$ 3.570,00, fundamentado no art. 89, inciso II da Lei Complementar nº 38/1993, que deve ser recolhido ao Tesouro Estadual no prazo de trinta dias e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas. Em caso de descumprimento do prazo estipulado, autorizar a cobrança da dívida nos termos do

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

art. 58, inciso III, alínea "b" da LCE/TCE/AC nº 38/1993; **4) CIENTIFICAÇÃO** do atual Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Plácido de Castro e ao Senhor Tarcisio Soares de Brito do resultado desse julgado. **5) ENCAMINHAMENTO** de cópia dos autos para o Ministério Público Estadual, para adoção de medidas legais que o caso requer, e **6) ARQUIVAMENTO** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco, 16 de março de 2017

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente do TCE/AC

Cons.^a **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Cons. **José Augusto Araújo de Faria**

Cons. **Antonio Jorge Malheiro**

Cons. **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Cons.^a **Dulcinéa Benício de Araújo**

Fui presente:

Mario Sérgio Neri de Oliveira
Procurador do MPE/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.030.2015-10

ENTIDADE: Câmara Municipal de Plácido de Castro

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2014

RESPONSÁVEL: Tarcisio Soares de Brito

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

1) Tratam os autos da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2014 em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000 c/c Resolução TCE/AC nº 087/2013, de responsabilidade do **Sr. Tarcisio Soares de Brito**, Presidente à época.

2) A análise técnica procedida pela 2ª IGCE/DAFO enviou o Relatório Preliminar de Análise Técnica às fls. 06/27 a qual **apurou** os seguintes resultados:

a) Em relação ao Rol de Responsáveis o mesmo foi enviado eletronicamente e está disponível no sistema SIPAC, informando inclusive o responsável pela contabilidade o Sr. Djalma Eduardo Cardoso com inscrição no CRC nº 001052/0-0.

b) O envio da Prestação de Contas foi **INTEMPESTIVA por atraso de UM DIA**, enviada no dia 01 de abril de 2015, estando em desconformidade no que estabelece o art. 23, § 1º da Constituição Estadual c/c art. 2º, § 2º, inciso I, alínea “b”, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

c) A **Inexistência do Controle Interno** na Câmara Municipal de Plácido de Castro está em **desacordo** com a Resolução TCE/AC 76/2016 e **envio de**

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

“Nada Consta” para o Relatório Circunstânciado¹ está em **desacordo** com o inciso III, do anexo IV, do Manual de Referência da Resolução TCE/AC nº 87/2013, 1ª edição.

d) A **LOA²** nº 510³ de 06 de dezembro de 2013, **estimou a Receita Inicial do Município em R\$ 31.195.000,00 e fixou a Despesa do Município no mesmo valor, por fim não houve alterações orçamentárias⁴** mantendo o valor de **R\$ 31.195.000,00 para Créditos Autorizados ao Município** e deste valor foi destinado **R\$ 1.086.000,00 à Câmara Municipal.**

e) A 2ª IGCE verificou ao confrontar a Despesa Fixada⁵ com a Despesa Realizada⁶ que houve uma redução na previsão inicial em um valor de **R\$ 25.900,00 que representa 2,32% da Despesa Fixada.**

f) Analisando as Despesas Executadas verificou que a principal despesa foi de **Pessoal e Encargos Sociais** no valor de **R\$ 783.833,13⁷** que representou **72,18%** de toda Despesa Executada.

g) A Inspeção ao analisar o Balanço Orçamentário verificou que houve o **equilíbrio** entre a **Despesa Atualizada** e a **Despesa Empenhada** ambas com o valor de **R\$ 1.086.000,00.**

h) Ao analisar o **Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial** verifica-se que **não existe saldo de exercício anterior**, contudo verificou-se a existência de um Saldo disponível de **R\$ 26.776,64⁸** nos **Extratos Bancários** que não foi comprovado, cabendo a **devolução do valor e aplicação de multa** prevista nos arts. 54 e 88 da Lei Complementar nº 38/1993.

¹ que deve ser elaborado pelo Controle Interno

² Lei Orçamentária Anual

³ publicada no Diário Oficial do Estado em 13 de novembro de 2014.

⁴ Créditos Adicionais R\$ 177.628,95 e Anulações de Créditos R\$ 177.628,95

⁵ R\$ 1.111.900,00

⁶ R\$ 1.086.000,00

⁷ Aplicações Diretas R\$ 783.833,13 MAIS Vencimentos e vantagens R\$ 755.826,81 MAIS Obrigações Patronais R\$ 28.006,32

⁸ Saldo Financeiro a comprovar, que foi verificado nos Anexos – Extratos Bancários de Dezembro no Sistema Análise e Gestão de Relatórios

- i) A Inspeção apurou que **Não houve Variação Patrimonial no Exercício 2014** na Unidade Gestora já que a Variação Patrimonial Aumentativa foi **anulada**⁹ por uma Variação Patrimonial Diminutiva **no mesmo valor**.
- j) **Analisando os Ativos** da Unidade Gestora verificou-se que o **Ativo Circulante** se apresentou **Zerado**¹⁰, já o **Ativo Não Circulante** apresentou o valor de **R\$ 150.180,49**¹¹, devidamente confirmado pela Inspeção.
- k) **Analisando os Passivos** da Unidade verificou que tanto o **Passivo Circulante** quanto o **Passivo Não Circulante** não apresentaram saldo.
- l) O **Patrimônio Líquido** se manteve no mesmo valor do Resultado de Exercícios Anteriores no valor **R\$ 150.180,49** tendo em vista que não houve Variação Patrimonial no Exercício 2014.
- m) A Inspeção verificou que **não existe Dívida Fundada e Dívida Flutuante** para a Câmara Municipal de Plácido de Castro no Exercício 2014.
- n) O repasse do Duodécimo foi de **R\$ 1.086.000,00**¹² que representa **6,23%** da **RCL Municipal**¹³ estando em **conformidade** ao **Limite Máximo para o Total da Despesa do Poder Legislativo Municipal** que é de **7%**¹⁴ definido no art. 29-A, inciso I da CF/88 e alterada pela Emenda Constitucional nº 58/2009.
- o) O gasto com a **Folha de Pagamento e os subsídios** chegou a **R\$ 755.826,81** o que representa **69,86% do repasse do Duodécimo**, estando **de acordo com o Limite Máximo de 70%** previsto no art. 29-A § 1º da CF/88.

⁹ Resultado ZERO.

¹⁰ o que foi confirmado com a conta "Saldo para o Exercício Seguinte"

¹¹ foi confirmado, considerando o valor no Ativo Não Circulante da Prestação de Contas do Exercício 2013

¹² valor este verificado nas Transferências Financeiras Recebidas do Demonstrativo "Balanço Financeiro" anexo da Lei 4.320/64 que pode ser visto no Sistema Análise e Gestão de Relatórios do TCE/AC.

¹³ com valor **R\$ 17.430.276,11**

¹⁴ 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

p) O gasto com **Remuneração dos Vereadores** foi de **R\$ 355.125,60** o que representou **1,60%** da **Receita Corrente Líquida Municipal** estando em **conformidade** com o **Limite Máximo de 7%** como dispõe o art. 29, VII da CF/88.

q) O Poder Legislativo gastou **2,92%** da **RCL** em **Gastos com Pessoal** estando dentro do **Limite Máximo com Gastos de Pessoal** que é de **60%** conforme o que estabelece o art. 169 da CF/88 c/c com o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

r) A análise com relação aos **Subsídios dos Vereadores** verificou que a Lei nº 468/2013 que fixou os subsídios, consta no Processo TCE/AC nº 18.723.2014-20 e foi enviado a ficha financeira. A Inspeção observou ainda que foi usado como base o índice de reajuste de **45,8%**, contudo **não foi enviado** a este Tribunal de Contas **a cópia completa da Declaração de Informações Financeiras – DIRF**, estando em **desconformidade** com a **Resolução nº 87/2013**.

s) A 2ª IGCE verificou que no **Demonstrativo de Licitação e Contrato Exercício**¹⁵ 2014 consta a contratação de compra de combustível no Auto Posto Fronteira mas neste item **não há valor especificado**, contudo a Inspeção por meio dos empenhos e do CNPJ da empresa apurou um valor de **R\$ 35.531,78**, valor este pendente de confirmação. Por fim a Inspeção **confirma que houve dispensa de licitação** nesta aquisição ferindo o art. 37 da CF/88 e a Lei 8.666/93.

t) Foi apresentado “Nada Consta” para **Recursos Concedidos, Obras Contratadas e Suprimentos de Fundo**, estando **de acordo** com os respectivos anexos X, XI e XII do PCA.

¹⁵ anexo XVII do PCA

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

u) Apesar do responsável **não ter enviado o Anexo XIII do PCA estando em desacordo com a Resolução 87/2013**, a Inspetoria conseguiu verificar por meio de pesquisa das despesas de classificação 3.3.90.14.00 que a Câmara **concedeu R\$ 6.551,00 em Diárias** o que equivale **0,6%** da despesa empenhada do período **não havendo irregularidade** em tais concessões.

v) A **Câmara não possuía Controle Interno** no Exercício 2013 estando em **desacordo** com a Resolução 76/2012 que determinava o prazo máximo para sua implantação até o dia 1 de abril de 2013 c/c arts. 31 e 37 CF/88 e art. 64 Constituição Estadual.

3) Os **autos vieram por redistribuição** no dia 31 de janeiro de 2017 conforme verificado à fl.34 dos autos.

4) O **Sr. Tarcisio Soares de Brito** – Presidente, à época, foi **devidamente citado** conforme Certidão à fl. 32 e cópia do Diário Oficial de Contas à fl. 33, o qual se manteve inerte.

5) O **Ministério Público de Contas**, por meio de seu ilustre Procurador-Chefe, o Dr. Mário Sérgio Neri de Oliveira, pronunciou-se¹⁶ à fl. 37.

É o Relatório.

Rio Branco, 09 de março de 2017.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

¹⁶ Parecer do Ministério Público de Contas – no dia 15 de fevereiro de 2017.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.030.2015-10

ENTIDADE: Câmara Municipal de Plácido de Castro

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2014

RESPONSÁVEL: Tarcisio Soares de Brito

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

CONCLUSÃO E VOTO

Analizando os autos, **DEIXO DE CONSIDERAR A INTEMPESTIVIDADE** da entrega das informações **por atraso de um dia**, por não haver prejuízo na análise das informações, contudo restando as seguintes impropriedades :

- a) Saldo Financeiro a comprovar de **R\$ 26.776,64**;
- b) Contratação direta de um Posto de Combustível, infringindo o art. 37 da CF/88 e a Lei 8.666/93;
- c) envio **incompleto** do Demonstrativo de Licitações - Anexo XVIII e do DIRF¹⁷.
- d) **Não envio** do Anexo XIII.
- e) envio de **“Nada Consta”** para o Relatório Circunstanciado.
- f) **Descumprimento do prazo**¹⁸ definido na Resolução TCE/AC 76/2016, para a implantação do Controle Interno.

Face ao Exposto VOTO, pela :

- 1) **EMISSION DE ACÓRDÃO** com fundamento no art. 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2014 de responsabilidade do Sr. Tarcisio Soares de Brito, Presidente à época;

¹⁷ Declaração de Informações Financeiras

¹⁸ até o dia 1º de abril de 2013

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- 2) **DEVOLUÇÃO** pelo Sr. Tarcisio Soares de Brito, Presidente à época, do valor de **R\$ 26.776,64** devidamente corrigido, nos termos do art. 54, da LCE nº 38/93, acrescido de **Multa de 10%**, no valor de **R\$ 2.677,65**, prevista no art. 88, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, que deve ser recolhido ao **Tesouro Municipal** de Plácido de Castro **no prazo de trinta dias** e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas. Em caso de descumprimento do prazo estipulado, autorizar a cobrança da dívida nos termos do art. 58, inciso III, alínea "b" da LCE/TCE/AC nº 38/1993;
- 3) **CONDENAÇÃO** do Sr. Tarcisio Soares de Brito, Presidente à época, ao pagamento de **Multa** no valor de **R\$ 3.570,00**, fundamentado no art. 89, inciso II da Lei Complementar nº 38/1993, que deve ser recolhido ao **Tesouro Estadual no prazo de trinta dias** e de tudo dando ciência a esta Corte de Contas. Em caso de descumprimento do prazo estipulado, autorizar a cobrança da dívida nos termos do art. 58, inciso III, alínea "b" da LCE/TCE/AC nº 38/1993;
- 4) **CIENTIFICAÇÃO** do **atual Presidente** da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Plácido de Castro e ao Senhor **Tarcisio Soares de Brito** do resultado desse julgado.
- 5) **ENCAMINHAMENTO** de cópia dos autos para o **Ministério Público Estadual**, para adoção de medidas legais que o caso requer, e
- 6) **ARQUIVAMENTO** o feito, após as formalidades de estilo.

É como Voto.

Rio Branco, 16 de março de 2017

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 20.030.2015-10

ENTIDADE: Câmara Municipal de Plácido de Castro

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Plácido de Castro, exercício de 2014

RESPONSÁVEL: Tarcisio Soares de Brito

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.275ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de março do corrente ano, presidida pelo Conselheiro-Presidente **Valmir Gomes Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Antônio Jorge Malheiro, Antonio Cristóvão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro, Dulcinéia Benício de Araújo e Naluh Maria Lima Gouveia**. E, como representante do Ministério Público de Contas, o Procurador-Chefe Dr. **Mario Sérgio Neri de Oliveira**. Decisão: o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Naluh Maria Lima Gouveia**.” (à fl. 39)

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora